

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.420.118 - SP (2018/0340412-3)**

**RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**AGRAVANTE : JOSE WAGNER PONTES CAMBRA**  
**ADVOGADOS : ISIDORO PEDRO AVI E OUTRO(S) - SP140426**  
**MARIA SANTINA CARRASQUI AVI - SP254557**  
**AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. APOSENTADORIA POR TEMPO. CÔMPUTO DE TEMPO RURAL. SÚMULA 284/STF. CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. SÚMULA 283/STF. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por José Wagner Pontes Cambra contra decisão proferida pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que negou seguimento ao seu recurso especial, ante ao óbice da Súmula 7/STJ.

Em sua minuta de agravo, sustenta o agravante que há plausividade do seu recurso especial, uma vez que a análise do pleito recursal não demanda o reexame do conjunto fático-probatório dos autos.

O prazo para apresentação de contraminuta ao agravo em recurso especial transcorreu *in albis*.

O recurso especial que se pretende o seguimento, impugna acórdão assim ementado:

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. CERCEAMENTO DE DEFESA AFASTADO. ATIVIDADE RURAL NÃO RECONHECIDA. LABOR ESPECIAL. RECONHECIDO EM PARTE. REQUISITOS PARA A APOSENTAÇÃO NÃO PREENCHIDOS. VERBA HONORÁRIA. MAJORAÇÃO. SUCUMBÊNCIA RECURSAL.

- Não merece prosperar o pedido de realização de prova pericial, para comprovar o exercício da atividade especial, visto que foi carreado o perfil profissiográfico previdenciário, o que afasta a necessidade de deferimento de nova prova técnica.

- Com o advento da Emenda Constitucional nº 20/98, a aposentadoria por tempo de serviço foi convertida em aposentadoria por tempo de contribuição, tendo sido excluída do ordenamento jurídico a aposentadoria proporcional, passando a estabelecer o artigo 201 da Constituição Federal o direito à aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, ao completar 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem e 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher.

- Entretanto, o art. 3º da referida Emenda garantiu o direito adquirido à concessão da aposentadoria por tempo de serviço a todos aqueles que até a data da sua publicação, em 16 de dezembro de 1998, tivessem cumprido todos os requisitos legais, com base nos critérios da legislação então

vigente.

- Ao segurado inscrito perante o Regime Geral de Previdência Social anteriormente à promulgação da Emenda Constitucional nº 20/98, mas que, nessa data (16 de dezembro de 1998), ainda não tivesse preenchido os requisitos necessários à sua aposentação, mesmo na forma proporcional, aplicam-se as regras de transição estabelecidas pelo art. 9º da referida norma constitucional.

- Foram contempladas, portanto, três hipóteses distintas à concessão da benesse: segurados que cumpriram os requisitos necessários à concessão do benefício até a data da publicação da EC 20/98 (16/12/1998); segurados que, embora filiados, não preencheram os requisitos até o mesmo prazo; e, por fim, segurados filiados após a vigência daquelas novas disposições legais.

- A MM. Juíza *a quo* reconheceu a especialidade da atividade no período de 01/05/1989 a 15/10/1996. Assim, tendo em vista a ausência de apelo da Autarquia Federal, deixo de analisar o interstício de 01/05/1989 a 15/10/1996, cumprindo apenas o exame do labor rural de 11/05/1971 a 07/08/1981, 21/10/1983 a 12/09/1985 e de 14/02/1986 a 31/03/1988 e em condições especiais de 02/05/2006 a 31/12/2010 (em virtude do recurso da parte autora), respeitando-se, assim, o princípio da devolutividade dos recursos ou *tantum devolutum quantum appellatum*.

- No caso dos autos, não restou comprovado o labor rural.

- Tempo de serviço especial reconhecido, em parte. Ruído abaixo do limite exigido pela legislação previdenciária.

- A somatória do tempo de serviço laborado pela parte autora não autoriza a concessão da aposentadoria por tempo de contribuição.

- Honorários advocatícios majorados ante a sucumbência recursal, observando-se o limite legal, nos termos do §§ 2º e 11 do art. 85 do CPC/2015.

-Apelação da parte autora improvida.

Em suas razões de recurso especial, o recorrente, ora agravante, alega que houve ofensa ao artigo 626 da CLT e artigos 57, 58 e 133 da Lei 8.213/1991, uma vez que a perícia judicial, realizada a fim de se comprovar a especialidade da atividade desenvolvida, não foi feita em seu ambiente de trabalho. Ressalta que o perfil profissiográfico previdenciário é um documento elaborado unilateralmente pelo empregador e não deve ser considerado imparcial. Por fim, sustenta que trabalhou na condição de trabalhador rural em regime de economia familiar.

O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso especial transcorreu *in albis*.

Noticiam os autos que José Wagner Pontes Cambra ajuizou ação previdenciária em face do INSS, objetivando a concessão de aposentadoria por tempo de contribuição, com cômputo de tempo especial e tempo rural.

A sentença julgou o pedido parcialmente procedente.

O autor, ora agravante apelou, tendo o Tribunal de origem negado provimento ao recurso, nos termos da ementa supratranscrita.

José Wagner Pontes Cambra opôs embargos de declaração, rejeitados.

É o relatório.

Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: “*Aos recursos interpostos com fundamento no*

*CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”.*

O agravante impugnou devidamente o fundamento adotado na decisão agravada e mostrando-se preenchidos os demais pressupostos de admissibilidade do presente recurso, adentra-se o mérito.

A questão recursal gira em torno da ocorrência de cerceamento do direito de defesa, para fins de cômputo de tempo especial, bem como do cômputo de tempo rural.

No tocante ao cômputo de tempo rural, compulsando as razões recursais, verifica-se que o recorrente não aponta efetivamente os dispositivos de lei federal que entende interpretados de modo divergente e/ou violados no que pertine à tese de reconhecimento de labor rural.

A deficiência de fundamentação, no que se refere à falta de indicação dos artigos de lei supostamente ofendidos, justifica a aplicação ao recurso especial do óbice da Súmula 284/STF que dispõe *in verbis*: é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.

Vale destacar que a função precípua do STJ, por meio do recurso especial, é homogeneizar a interpretação dada à norma federal pelo ordenamento jurídico pátrio. Consequentemente, o conhecimento do recurso, seja interposto pela alínea "a", seja pela "c" do permissivo constitucional, exige necessariamente a indicação do dispositivo de lei federal que se entende por violado.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. IPERGS. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL VIOLADO.

1. Na hipótese dos autos, conforme já disposto no decisum combatido, a falta de particularização dos dispositivos de lei federal que o acórdão recorrido teria contrariado ou aos quais teria atribuído interpretação divergente consubstancia deficiência bastante a inviabilizar o conhecimento do apelo especial, atraindo, na espécie, a incidência da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia"). *In casu*, a parte recorrente deixou de indicar, em Recurso Especial, qual dispositivo de lei federal entende ter sido violado.

2. Agravo Interno não provido.

(AgInt no AREsp 1168414/RS, Segunda Turma, Relator Ministro Herman Benjamin, julgado em 17/5/2018, DJe 21/11/2018)

PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE FUNDAMENTO AUTÔNOMO DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO ESPECIAL. NÃO APONTAMENTO DE DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL SUPOSTAMENTE VIOLADO. ÓBICE DA SÚMULA 284/STF. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ.

1. É inviável a apreciação do agravo interno que deixa de atacar

especificamente fundamento autônomo da decisão agravada, qual seja, a incidência da Súmula 211/STJ à alegação de ofensa ao art. 398, do CPC/73. Incide, neste ponto, a Súmula 182/STJ.

2. Não ocorreu ofensa ao art. 535 do CPC/73, pois o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos.

3. A parte recorrente não amparou seu inconformismo na violação de qualquer lei federal. Destarte, a ausência de indicação do dispositivo legal tido por violado implica em deficiência de fundamentação do recurso especial, atraindo a incidência da Súmula 284/STF.

4. A menção tardia ao artigo tido por violado, somente por ocasião do agravo interno, não elide a aplicação do referido óbice sumular, pois se caracteriza imprópria inovação recursal, tendo em vista a ocorrência da preclusão consumativa.

5. Ademais, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

6. Agravo interno parcialmente conhecido e, nessa parte, improvido.

(AgInt no AREsp 1061595/SP, Primeira Turma, Relator Ministro Sérgio Kukina, julgado em 13/3/2018, DJe 5/4/2018)

No que pertine à alegação de cerceamento do direito de defesa, sob a interpretação dos artigos 57, 58, 133, da Lei 8.213/1991 e artigo 626 da CLT, o Tribunal de origem concluiu que a questão acerca da necessidade de produção de nova prova pericial já fora decidida anteriormente, inclusive com transito em julgado, conforme se observa do seguinte trecho do acórdão, *in verbis* (e-STJ fls. 632) :

Por outro lado a arguição de necessidade de nova prova pericial também não merece prosperar, tendo em vista que tal questão já foi discutida e decidida em grau recursal, inclusive, com transito em julgado.

Com efeito, da leitura da petição do recurso especial, verifica-se que o recorrente, ora agravante, não refutou fundamento autônomo utilizado pelo acórdão *a quo* capaz de manter a decisão no ponto em discussão, qual seja: que houve transito em julgado quanto à necessidade de produção de nova prova.

Aplica-se, portanto, o óbice da Súmula 283/STF, que dispõe *in verbis*: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

Nesse sentido, os seguintes precedentes:

PROCESSUAL. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DA RENDA MENSAL INICIAL DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA. PRESCRIÇÃO. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO INATACADOS. SÚMULA 283/STF.

I - O fundamento do acórdão recorrido para afastar a prescrição, qual seja, a ciência do beneficiário acerca da não aplicação do IRSM de fevereiro de 1994 no cálculo da Renda Mensal Inicial somente no ano de 2009, com o recebimento da primeira parcela do benefício concedido por força de decisão judicial, não foi impugnado nas razões do recurso especial.

II - A falta de combate a fundamentos do acórdão recorrido suficiente para

mantê-lo atraindo, por analogia, a aplicação da Súmula 283 do Colendo Supremo Tribunal Federal: É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.

III - Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 35.711/SC, Quinta Turma, Relatora Ministra Regina Helena Costa, julgado em 8/10/2013, DJe 11/10/2013)

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. AGRAVO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL E DE SÚMULA. DESCABIMENTO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. HARMONIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF.

[...]

- A existência de fundamento do acórdão recorrido não impugnado – quando suficiente para a manutenção de suas conclusões – impede a apreciação do recurso especial.

- Agravo no agravo em recurso especial não provido.

(AgRg no Aresp 26.317/MT, Terceira Turma, Relatora Ministra Nancy Andrichi, DJe 10/2/2012)

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. PRECLUSÃO. OCORRÊNCIA. FALTA DE INSURGÊNCIA CONTRA TODOS OS FUNDAMENTOS DO ARESTO RECORRIDO. SÚMULA 283/STF.

[...]

2. Se a recorrente não refuta todos os fundamentos utilizados pelo acórdão recorrido para afastar a nulidade por ela arguida, não há como deixar de aplicar ao caso a Súmula 283/STF, que dispõe que "é inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles."

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1.096.724/SC, Sexta Turma, Relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 19/12/2011)

Ante o exposto, com fulcro no artigo 932, III, do CPC/2015 c/c o artigo 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial. E, quanto ao ônus da sucumbência recursal, majoro os honorários de advogado recursais para o percentual de 11% (onze por cento) do valor da causa. Observada a gratuidade da Justiça.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES  
Relator